



Governo do Distrito Federal
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

Núcleo de Licitação

Relatório Nº 36/2025 – NOVACAP/PRES/NLC

Brasília, 03 de abril de 2025.

Assunto: Resposta ao Recurso interposto pela empresa WORLD CENTER COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

Referência: Pregão Eletrônico nº 013/2024 NLC/PRES

Objeto: Registro de Preço para eventual contratação de empresa para o fornecimento de dispositivos de sinalização de obra e serviços, conforme descrições, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

1. DAS PRELIMINARES

1.1. Trata-se do Recurso Administrativo interposto pela empresa **WORLD CENTER COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA** (162099200), contra a decisão que habilitou a empresa TINPAVI INDÚSTRIA E COMERCIO DE TINTAS LTDA.

2. DA TEMPESTIVIDADE E CABIMENTO DO PRESENTE RECURSO

2.1. A empresa foi declarada vencedora no dia 28/01/2025, conforme histórico da licitação (162603080) e a empresa recorrente protocolou o Recurso Administrativo em 31/01/2025.

2.2. Primeiramente, cumpre demonstrar a **tempestividade e o cabimento do presente recurso**, eis que atende a todas as disposições constantes da legislação em vigência e do Instrumento Convocatório.

2.3. Não foram apresentadas contrarrazões.

3. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

3.1. A Recorrente, em suas Razões de Recurso, alegou em suma:

- **Descumprimento de exigências técnicas do edital**, especialmente a não apresentação de amostras e relatórios de ensaios conforme especificado no Anexo "Projeto Básico".
- **Violação dos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, isonomia e legalidade**, pois a TINPAVI teria sido habilitada sem atender critérios obrigatórios.

3.2. Ao final requereu a desclassificação da recorrida.

4. DA ANÁLISE DO RECURSO

4.1. A recorrente alega que a licitante TINPAVI descumpriu o Anexo "Especificação Técnica Complementar" (SEI nº 147197621, 30/07/2024), que determinava a **apresentação de amostras e relatórios de ensaios juntamente com a proposta**.

4.2. Contudo, após a publicação do edital, a empresa Consultoria RHS Licitações submeteu um questionamento formal (SEI nº 149214916, 22/08/2024), perguntando:

"Qual será o prazo para o envio das amostras e os relatórios de ensaios?"

4.3. Em resposta, a NOVACAP emitiu o Comunicado nº 149523816 (27/08/2024), esclarecendo:

*"Conforme Projeto Básico, no item 12.7, o recebimento do material será acompanhado e fiscalizado pelo servidor designado como fiscal do contrato e será definido na entrega dos produtos **após a contratação**."*

4.4. Nos termos do Acórdão nº 2090/23 do TCU, os esclarecimentos prestados administrativamente **possuem natureza vinculante** para todos os licitantes e integram o instrumento convocatório:

"Não é possível admitir, quando da análise das propostas, interpretação distinta daquela prestada oficialmente, sob pena de violação ao edital."

4.5. A Especificação Técnica Complementar (30/07/2024) foi superada pelo Comunicado nº 149523816 (27/08/2024), que alterou o entendimento sobre o momento da entrega das amostras.

4.6. A TINPAVI agiu em estrita conformidade com a resposta oficial, não cabendo penalizá-la por seguir orientação pública da Administração.

4.7. Em respeito a segurança jurídica, a NOVACAP não pode invalidar uma regra que ela mesma estabeleceu.

4.8. Em respeito ao princípio da isonomia, A WORLD CENTER teve acesso ao mesmo comunicado - que foi disponibilizado tanto no site da NOVACAP, quanto no Licitacoes-e, a todos os interessados - e poderia ter questionado, se entendesse de maneira divergente, mas não o fez, fazendo precluir seu direito de se opor às respostas dos questionamentos.

4.9. Em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, o Comunicado integrou o edital e deve ser seguido.

4.10. Diante do exposto, NEGA-SE PROVIMENTO AO RECURSO.

5. CONCLUSÃO

Respalhando-se nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, concluiu-se pelo recebimento do recurso da empresa WORLD CENTER COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, e, no mérito, sugerimos que lhe seja **NEGADO PROVIMENTO**, para manter a Recorrida como vencedora do certame.

Encaminhem-se os autos à decisão superior do Senhor Presidente da Companhia Urbanizada da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, em atenção ao §4º, do art. 109 da Lei nº 8.666/93 e ao art. 76, VII, do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP e legislação pertinente.

Atenciosamente,

Erivaldo Souza Martins

- Pregoeiro -



Documento assinado eletronicamente por **ERIVALDO SOUZA MARTINS - Matr.0074908-7, Pregoeiro(a)**, em 04/04/2025, às 11:44, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **167480716** código CRC= **674E3E7C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Site - www.novacap.df.gov.br

00112-00021111/2022-33

Doc. SEI/GDF 167480716



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
Diretoria Jurídica
Departamento Jurídico Consultivo

Parecer SEI-GDF n.º 153/2025 - NOVACAP/PRES/DJ/DCO

Processo nº 00112-00021111/2022-33

Interessado: Presidência

Assunto: Recurso Administrativo – Pregão Eletrônico nº 013/2024 NLC/PRES (148408315)

Ementa: Análise jurídico formal do recurso apresentado em face da declaração de vencedora do Pregão Eletrônico nº 013/2024 NLC/PRES, cujo objeto é o registro de preço para eventual contratação de empresa para o fornecimento de dispositivos de sinalização de obra e serviços. Manutenção da decisão da CPL para negar provimento ao recurso.

Senhor Chefe do Departamento Jurídico Consultivo,

I - Relatório

1. Trata-se de consulta formulada pela Presidência, pelo Despacho – NOVACAP/PRES (167610937), segundo o qual:

Trata o presente processo de Registro de Preço para eventual contratação de empresa para o fornecimento de dispositivos de sinalização de obra e serviços, conforme descrições, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

Destarte, a empresa WORLD CENTER COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA (162099200) interpôs Recurso Administrativo em face da decisão que habilitou a empresa TINPAVI INDÚSTRIA E COMERCIO DE TINTAS LTDA.

O Pregoeiro, por meio do Relatório Nº 36/2025– NOVACAP/PRES/NLC (167480716), concluiu pelo recebimento do recurso em tela (162099200), e, no mérito, sugeriu que lhe seja **NEGADO PROVIMENTO**, para manter a Recorrida como vencedora do certame.

Aberto o prazo de contrarrazões, nenhuma empresa licitante contrarrazoou o recurso em questão.

Os autos foram encaminhados a esta Presidência pelo Núcleo de Licitação, mediante o Despacho - NOVACAP/PRES/NLC (167582205), para decisão acerca

do recurso interposto pela licitante, conforme preconiza o artigo 124, do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

Desta forma, visando dar embasamento jurídico à decisão a ser tomada por esta Presidência, conforme determina o artigo 26, XI, do Estatuto Social da NOVACAP, encaminhamos os autos para análise, no que couber, e parecer acerca do Relatório citado e do recurso interposto pelas empresa referenciada.

2. O certame foi realizado sob os termos do Pregão Eletrônico nº 013/2024 NLC/PRES (148408315) que tem por objeto Registro de Preço para eventual contratação de empresa para o fornecimento de dispositivos de sinalização de obra e serviços, conforme descrições, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.
3. A empresa WORLD CENTER COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., interpôs recurso administrativo (162099200) contra a decisão que habilitou no certame a empresa TINPAVI INDÚSTRIA E COMERCIO DE TINTAS LTDA.
4. Em suma, a recorrente alega:
 - **Descumprimento de exigências técnicas do edital**, especialmente a não apresentação de amostras e relatórios de ensaios conforme especificado no Anexo "Projeto Básico".
 - **Violação dos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, isonomia e legalidade**, pois a TINPAVI teria sido habilitada sem atender critérios obrigatórios.
5. A recorrida não apresentou contrarrazões.
6. Por meio do Relatório Relatório Nº 36/2025–NOVACAP/PRES/NLC (167480716) o Pregoeiro sugeriu que seja NEGADO PROVIMENTO ao recurso, para manter a Recorrida como vencedora do certame.
7. É o relatório.

II - Análise

8. A presente análise se restringe aos aspectos jurídicos do procedimento, não sendo objeto deste parecer a avaliação quanto à oportunidade e conveniência do gestor, nem em relação a aspectos técnicos, econômicos e orçamentários. A função da unidade de assessoramento jurídico é apontar possíveis riscos e recomendar providências para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real necessidade de se adotar ou não a precaução sugerida.
9. Ainda, esta análise se incumbe às disposições da Lei nº 13.303, de 2016, que é o novo marco legal obrigatório a todas as empresas públicas e as sociedades de economia mista e suas subsidiárias, e cuja aplicação afasta as normas e disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que somente poderá ser adotada nas exceções previstas na citada Lei que instituiu o novo estatuto jurídico de licitações e contratos administrativos.
10. O Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP é o instrumento jurídico que esta Administração deverá observar nos seus procedimentos de licitações e contratos, regido pela Lei nº 13.303, de 2016, pela Lei Distrital nº 4.770, de 2002, e pelos Decretos nºs 23.460/2002, 32.566/2010, 39.103/2018, 38.365/17, e demais normas aplicáveis.
11. Prosseguindo na análise, destaca-se que na sistemática instituída pela Lei 13.303/2016, o recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido, que apreciará sua admissibilidade.
12. Acerca da competência para julgamento do recurso, destaca-se o posicionamento dos autores Jessé Torres Pereira Júnior, Juliano Heinen, Marinês Restelatto e Rafael Maffini:

"Caberá ao regulamento interno da empresa estatal indicar a autoridade competente para o julgamento do recurso administrativo, o modo e a forma como deve ser encaminhado a essa autoridade, o prazo para interposição de

recurso conforme estabelecido no art. 59 da Lei nº 13.303/16, o termo inicial desse prazo e as consequências da não interposição.”

13. O Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP institui, em seu art. 123, que a autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão objeto do recurso, ou decidindo manter a decisão, encaminhará o processo à autoridade superior, acompanhada de relatório circunstanciado sobre as razões do recurso, contrarrazões, descrição dos atos praticados e os argumentos técnicos ou jurídicos que desconstituem os argumentos lançados, apresentado, também, proposta de decisão.

14. A doutrina administrativista conceitua licitação como um procedimento administrativo, de observância obrigatória pelos órgãos e entidades da Administração Pública, em que, observada a igualdade entre os participantes, seleciona a proposta mais vantajosa ao poder público, uma vez preenchidos os requisitos mínimos necessários ao bom cumprimento das obrigações elencadas no instrumento convocatório e em seu respectivo contrato administrativo.

15. As normas do edital ditam as regras do certame e a sua inobservância fere o princípio da vinculação do instrumento, corolário do princípio da legalidade. Insere-se na esfera de discricionariedade da Administração Pública a eleição das exigências editalícias consideradas necessárias e adequadas em relação ao objeto licitado, com a devida fundamentação técnica.

16. Sobre o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, convém mencionar o ensinamento de Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

"Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei n 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I).

Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou.

Também estariam descumpridos os princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital."

17. Do mesmo modo, eis a lição de José dos Santos Carvalho Filho:

"A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.

Se o instrumento de convocação, normalmente o edital tiver falha, pode ser corrigido, desde que oportunamente, mas os licitantes deverão ter conhecimento da alteração e a possibilidade de se amoldarem a ela.

Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto."

18. A interposição de recurso administrativo é cabível contra atos decisórios da Licitante nos casos de habilitação ou inabilitação, julgamento das propostas, anulação ou revogação da licitação, indeferimento do pedido de inscrição em registro-cadastral, sua alteração ou cancelamento.

19. Depreende-se dos autos, conforme descrito no relatório do presente parecer, que a empresa WORLD CENTER COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA interpôs recurso administrativo contra a decisão que declarou vencedora a empresa TINPAVI INDÚSTRIA E COMERCIO DE TINTAS LTDA.

20. Verifica-se que o recurso administrativo ora em discussão foi apresentado em 31/01/2025, ou seja, de forma tempestiva.

21. A recorrida não apresentou contrarrazões.

22. Nesse contexto, sob o aspecto formal, verifica-se a regularidade e tempestividade do recurso apresentado, preenchendo as condições de admissibilidade, apto então para análise e julgamento da autoridade competente.

23. Diante disso, passa-se à análise das objeções apresentadas pela empresa recorrente.

24. A recorrente aponta, inicialmente que a recorrida descumpriu o Anexo "Especificação Técnica Complementar" (SEI nº 147197621, 30/07/2024), que determinava a **apresentação de amostras e relatórios de ensaios juntamente com a proposta**.

25. Assim, alega violação aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, isonomia e legalidade, pois a recorrida teria sido habilitada sem atender critérios obrigatórios.

26. Todavia, consoante se depreende dos autos, após a publicação do edital, a empresa Consultoria RHS Licitações, formulou pedido de esclarecimento (149214916) nos seguintes termos:

(...)

1. Qual será o prazo para o envio das amostras e os relatórios de ensaios?
2. Qual será a quantidade necessária para o envio das amostras?

27. Em resposta, a NOVACAP, por meio do Comunicado - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (149523816), esclareceu que:

"Conforme Projeto Básico, no item 12.7, o recebimento do material será acompanhado e fiscalizado pelo servidor designado como fiscal do contrato e será definido na entrega dos produtos após a contratação."

28. Nota-se, portanto, que a Administração Pública, ao responder pedido de esclarecimento quanto ao prazo para o envio das amostras e relatórios de ensaios informou que o prazo seria definido na entrega dos produtos após a contratação.

29. Neste ponto, cumpre registrar que os esclarecimentos prestados pela Administração no curso do processo licitatório, assim como as respostas às impugnações ao edital, têm efeito aditivo e vinculante, tornando-se parte do edital e norma a ser cumprida pelos licitantes interessados e respeitada pela Administração Pública, de modo que não se pode decidir de maneira contrária ou mesmo diversa daquela em que se havia formalmente manifestado, sob o risco de ofensa ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Conforme a doutrina representada por Marçal Justen Filho:

É prática usual, fomentada pelo próprio art. 40, inc. VIII, que a Administração forneça esclarecimentos sobre as regras editalícias. A resposta formulada administrativamente apresenta cunho vinculante para todos os envolvidos,

sendo impossível invocar o princípio da vinculação ao edital para negar eficácia à resposta apresentada pela própria Administração. (...) A força vinculante da resposta ao pedido de esclarecimento envolve as hipóteses de interpretação do edital. Ou seja, aplica-se quando há diversas interpretações possíveis em face do ato convocatório. Se a Administração escolhe uma ou algumas dessas interpretações possíveis e exclui outras (ou todas as outras), haverá a vinculação. (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 12ª ed., São Paulo: Dialética, 2008, pp. 528/529)

30. A jurisprudência do TCU é firme no sentido de que os esclarecimentos prestados pela Administração possuem natureza vinculante para todos os licitantes, não sendo possível admitir, quando da análise das propostas, interpretação distinta, sob pena de violação ao instrumento convocatório, *in verbis*:

Os esclarecimentos prestados administrativamente possuem natureza vinculante para todos os licitantes, não sendo possível admitir, quando da análise das propostas, interpretação distinta, sob pena de violação ao instrumento convocatório (dentre outros, Acórdãos 130/2014, Ministro Relator José Jorge, e 299/2015, Ministro Relator Vital do Rêgo, ambos do Plenário). (Acórdão 179/2021-TCU-Plenário)

31. Assim, o argumento de que a recorrida não cumpriu as exigências do edital não merece prosperar, uma vez que a licitante vencedora, ao seguir a orientação expressa da Administração, não incorreu em descumprimento das regras do certame, eis que o prazo para o envio das amostras e relatórios sequer iniciou, já que, conforme amplamente divulgado aos licitantes, será definido quando da entrega dos produtos após a contratação.

32. Por fim, cumpre registrar que não se vislumbra ilegalidade na conduta da Administração nem da licitante vencedora, eis que a definição do prazo de entrega decorreu de prévio ato público, acessível a todos os licitantes, respeitando, portanto, a isonomia entre os participantes do certame, a legalidade, bem como o princípio da vinculação ao edital, eis que o Comunicado - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (149523816), previamente divulgado, integrou o edital e deve ser observado por todos os licitantes.

III - Conclusão

33. Ante o exposto, com base nos princípios que regem o procedimento licitatório, em análise quanto aos aspectos jurídicos, conclui-se que o ato administrativo proferido pela autoridade competente não merece reforma, sugerindo que seja mantida a decisão da Comissão de Licitação, **NEGANDO-SE PROVIMENTO** ao recurso, para manter vencedora do certame a empresa TINPAVI INDÚSTRIA E COMERCIO DE TINTAS LTDA.

É o parecer.

À consideração superior.

EDUARDO AURELIANO E SILVA

Assessor DJ/DCO/NOVACAP

OAB/DF 25.429

Senhora Diretora Jurídica,

1. Acolho os termos do presente Parecer SEI-GDF n.º 153/2025 - NOVACAP/PRES/DJ/DCO, pelos seus próprios fundamentos.
2. Após a manifestação de Vossa Senhoria, sugiro que sejam os autos encaminhados à Presidência para conhecimento.

ANTÔNIO MARQUES DOS REIS FILHO

Chefe do Departamento Jurídico Consultivo

DJ/DCO/NOVACAP

OAB/DF nº 35.184



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO AURELIANO E SILVA - Matr.0973592-5, Assessor(a)**, em 16/04/2025, às 16:10, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO MARQUES DOS REIS FILHO - Matr.0973336-1, Chefe do Departamento Jurídico Consultivo**, em 16/04/2025, às 16:10, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **167658413** código CRC= **D8672B1F**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF



Governo do Distrito Federal
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
Presidência da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

Despacho – NOVACAP/PRES

Brasília, 22 de abril de 2025.

Ao Núcleo de Licitação,

Assunto: Recurso Administrativo.

Referência: empresa WORLD CENTER COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

1. Trata-se de processo de Registro de Preço para eventual contratação de empresa para o fornecimento de dispositivos de sinalização de obra e serviços, conforme descrições, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.
2. Destarte, a empresa WORLD CENTER COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA (162099200) interpôs Recurso Administrativo contra a habilitação da empresa TINPAVI INDÚSTRIA E COMERCIO DE TINTAS LTDA, como vencedora da licitação.
3. O Pregoeiro, no Relatório Nº 36/2025– NOVACAP/PRES/NLC (167480716), concluiu pelo recebimento do recurso em tela (162099200), e, no mérito, sugeriu que lhe seja NEGADO PROVIMENTO, para manter a Recorrida como vencedora do certame.
4. Aberto o prazo de contrarrazões, nenhuma empresa licitante contrarrazoou o recurso em questão.
5. Os autos foram encaminhados a esta Presidência pelo Núcleo de Licitação, mediante o Despacho - NOVACAP/PRES/NLC (167582205), para decisão acerca do recurso interposto pela licitante, conforme preconiza o artigo 124, do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.
6. Visando dar embasamento jurídico à decisão a ser tomada por esta Presidência, conforme determina o artigo 25, XI do Estatuto Social da NOVACAP, os autos foram submetidos à Diretoria Jurídica, nos termos do Despacho NOVACAP/PRES (167610937), para análise e Parecer acerca do Relatório citado e do recurso interposto pela empresa referenciada.
7. A Diretoria Jurídica, mediante o Parecer SEI-GDF n.º 153/2025 - NOVACAP/PRES/DJ(DCO (167658413), corroborado pelo Despacho NOVACAP/PRES/DJ (168670251), concluiu o seguinte:

(...)

III. DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, com base nos princípios que regem o procedimento licitatório, em análise quanto aos aspectos jurídicos, conclui-se que o ato administrativo proferido pela autoridade competente não merece reforma, sugerindo que seja mantida a decisão da Comissão de Licitação, NEGANDO-SE PROVIMENTO ao recurso, para manter vencedora do certame a empresa TINPAVI INDÚSTRIA E COMERCIO DE TINTAS LTDA."

8. Ante o exposto, mantenho o entendimento exarado pela Diretoria Jurídica (167658413 e 168670251), e **DECIDO NEGAR PROVIMENTO** ao recurso apresentado pela empresa WORLD CENTER COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, permanecendo a TINPAVI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA como vencedora do certame.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE - Matr.0973488-0, Diretor(a) Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**, em 22/04/2025, às 12:15, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **168777506** código CRC= **BFAF7064**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s): 3403-2310
Site - www.novacap.df.gov.br

00112-00021111/2022-33

Doc. SEI/GDF 168777506